

**PARECER JURÍDICO Nº 28/2025**

**MATÉRIA:** PROJETO DE LEI Nº 011/2025

**SÚMULA:** “RECONHECE E INCLUI NA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL A ESTRADA MORRO DO BODE.”.

**AUTORIA:** VEREADOR REGINALDO LUIZ DA SILVA.

**I- DA CONSULTA E O SEU OBJETO**

**Senhor Presidente:  
Senhores Vereadores:**

Foi submetido a esta Secretaria Jurídica para manifestação técnico-jurídica o Projeto de Lei nº 011/2025 de 01 de abril de 2025, de autoria do Vereador Reginaldo Luiz da Silva, que visa reconhecer e incluir na malha viária municipal a via rural denominada "Estrada Morro do Bode", localizada na zona rural do Município de Alta Floresta - MT, com extensão de 10.721 metros, conforme coordenadas geográficas constantes no texto legal e mapa anexo (Google Maps 2025), o Projeto de Lei traz em seu bojo o seguinte pronunciamento:

*“(..).Art. 1º Fica reconhecida e inclusa na malha viária municipal a via de acesso intitulada “Estrada Morro do Bode”, cuja extensão perfaz 10.721,00m (dez mil e setecentos e vinte e um metros) de extensão, derivada da MT-325, imediações da comunidade Novo Cruzeiro – Pista do Cabeça, zona rural do município de Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, conforme vértices e coordenadas demonstrados no incluso mapa (Google Maps 2025), a saber:*

*I - ponto inicial (vértice A) – Lat. -10,464787– Long. -56,486909; e*

*II - ponto final (vértice B) – Lat. -10,405041– Long. -56,424634.*

*Parágrafo único. Esta estrada constará obrigatoriamente nos mapas viários oficiais a serem elaborados.*

*Art. 2º O Poder Executivo, através da pasta competente, fará identificação com placa visível aos transeuntes.*

*Art. 3º Será competência da Prefeitura Municipal de Alta Floresta, Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos, observado o limite territorial do município, o seguinte:*

*I - a realização dos serviços de manutenção, recuperação e sinalização da referida estrada;*

*II - destinar materiais, ferramentas e equipamentos necessários à efetivação do previsto no inciso anterior; e*

*III - colocar à disposição, pessoal capacitado, suficiente, para realização dos trabalhos necessários na referida estrada.*

*Art. 4º A inclusão na malha viária de que trata a presente Lei, efetivar-se-á desde que obedecido os dispositivos da Lei Municipal nº 336/91 (Define a Faixa de Domínio Público nas Estradas Vicinais do Município),*

*Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.(...)"*

## **II- DA JUSTIFICATIVA**

A proposta em estudo se nos afigura revestida da condição legalidade no que concerne à competência como já delineada.

Na Justificativa assevera sobre os benefícios da implantação do programa: (...)A estrada em questão, conforme indicada no incluso mapa (Google Maps 2025), perfaz aproximados 10.721,00m (dez mil e setecentos e vinte e um metros) de extensão na totalidade. Localiza-se especificamente na zona rural de Alta Floresta, deriva da MT-325, imediações da comunidade Novo Cruzeiro – Pista do Cabeça.

A presente proposta visa criar mecanismos para que o município possa executar obras de melhoria na estrada que serve a população da região rural daquela localidade.

Nesta oportunidade, pedimos tramitação da presente proposição na maior brevidade possível, em face às precárias condições apresentadas naquela localidade, a qual foi muito afetada durante o período chuvoso e necessitando, o quanto antes, da realização de um amplo trabalho de restauração.(...).

O presente parecer tem por objetivo analisar a conformidade do Projeto de Lei com a legislação vigente, bem como verificar o atendimento aos requisitos formais e materiais necessários para sua validade.

Após a exposição dos fundamentos e justificativas apresentados na proposta, passa-se à análise jurídica da matéria.

## **III- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

É o sucinto relatório.

Estudada a matéria, passemos a análise jurídica.

- **Competência Legislativa**

Da leitura da propositura, em especial, sua justificativa, se nota a indicação da finalidade a que se destina o Projeto de Lei, atendendo ao disposto na norma regimental.

O projeto encontra respaldo no art. 30, incisos I e V, da Constituição Federal, que atribuem ao Município a competência para legislar sobre assuntos de interesse local e organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo-se a manutenção de vias públicas:

Art.	30.	Compete	aos	Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;				
(...)				
V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;				

Apesar da generalidade que pode advir da expressão assuntos de interesse local, percebe-se, nesse caso, que o preceito constitucional se enquadra no assunto debatido, uma vez que o interesse local não é caracterizado pela exclusividade do interesse, mas sim pela sua predominância, o que é aplicável à criação de datas comemorativas, concessão de honrarias entre outras, em que não hajam implicações vedadas pelo ordenamento jurídico.

Nesse sentido é a doutrina do jurista, Roque Antonio Carraza, em sua obra, Curso de direito constitucional tributário. São Paulo. Malheiros. 19 ed. 2004, p. 158, in verbis:

*“interesse local” não quer dizer privativo, mas simplesmente local, ou seja, aquele que se refere de forma imediata às necessidades e anseios da esfera municipal, mesmo que, de alguma forma, reflita sobre necessidades gerais do Estado Membro ou do país”.*

Assim o reconhecimento formal de vias como integrantes da malha viária municipal é requisito essencial para possibilitar a atuação da administração pública em sua manutenção, recuperação e sinalização, inclusive para fins de aplicação de recursos públicos. A iniciativa do legislador, portanto, está em consonância com o interesse público, sobretudo considerando os impactos diretos na mobilidade e no escoamento da produção agrícola da região.

Não se vislumbra, portanto, qualquer vício de constitucionalidade ou ilegalidade na proposição apresentada. O projeto também não implica aumento de despesas de forma imediata, tratando-se de proposição de efeito meramente autorizativo e declarativo, o que afasta eventual vício de iniciativa.

#### **IV- CONCLUSÃO**

Diante do exposto e das justificativas apresentadas pelo autor da propositura, ***esta Secretaria Jurídica dá-se por satisfeita, assim, S.M.J., opinamos FAVORAVELMENTE*** à tramitação e votação da presente propositura, devendo seu mérito ser submetido à apreciação do Plenário desta Casa Legislativa, respeitando-se, as formalidades legais e regimentais.

Ademais, afere-se da análise realizada, que o Projeto de Lei n.º 011/2025 está em consonância com a legislação vigente, sendo juridicamente viável sua aprovação.

Assim sendo, conclui-se que não foram encontrados vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade no Projeto de Lei em análise, em atenção às normas que gerem o Município e os mandamentos Constitucionais.

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação, não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis.

Nesta assentada, deve-se salientar que a presente manifestação tomou por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, carreados aos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Portanto, no entendimento dessa Secretaria Jurídica ***é que não há óbice jurídico ou legal à sua aprovação***, cabendo a apreciação do mérito da matéria aos Nobres Edis.

Nesse desiderato e por todo o esposado acima, o posicionamento é no sentido de que o projeto preenche as exigências normativas referentes a matéria para que possa ser implementada.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer ***não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos Edis***, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

***O quórum para deliberação pelo Plenário desta Casa de Leis é de maioria simples dos votos da Câmara***, conforme preceitua o artigo 174, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta/MT.

Este parecer foi exarado com base nos elementos constantes dos autos em epígrafe até a presente data, podendo ser revista sua fundamentação diante de novos elementos que venham a ser apresentados.

Salvo melhor juízo, esse é o parecer.

Alta Floresta – MT, 07 de abril de 2025.

***Kathiane C. Borges***  
OAB/MT 31082  
Secretaria Jurídica